



**Território
Mobilidade Populacional
Ambiente**

Mantenedora

Fundação Percival Farquhar

Presidente da Fundação

Francisco Sérgio Silvestre

Universidade Vale do Rio Doce

Reitor

Gilson Fonseca

Responsável pela Editora

Brian Lopes Honório

Gilvan Ramalho Guedes
Coordenação Editorial

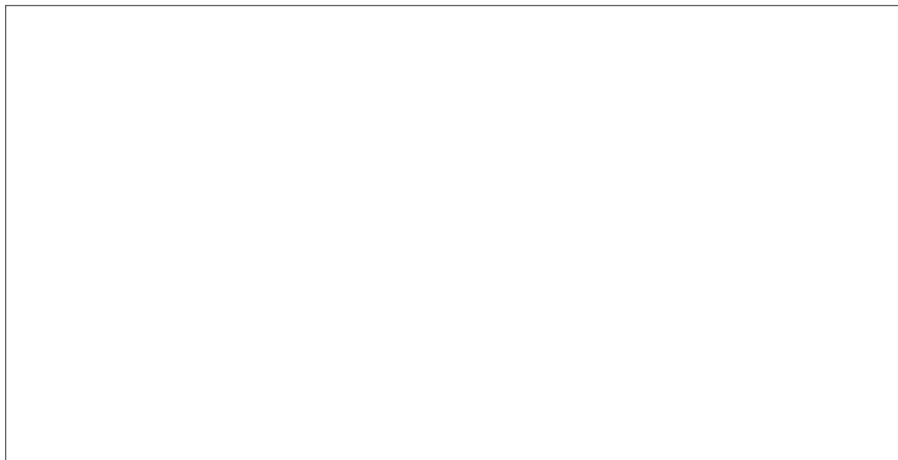
Ricardo Ojima
Co-organizador



**Território
Mobilidade Populacional
Ambiente**

Governador Valadares, novembro de 2012.

Todos os direitos reservados. Copyright © 2012 Editora Univale.



ISBN 978-85-89046-57-2

Projeto Gráfico e Editoração eletrônica
Editora Univale

Capa
Brian Lopes Honório

Revisão
Textos revisados pelos autores

Impressão
Gráfica O Lutador

Ficha catalográfica
Biblioteca Dr. Geraldo Viana Cruz (Univale)

2012
EDITORA UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000
Bairro Universitário
Cep.: 35020-220
Governador Valadares - MG
Telefone: (33) 3279-5512
Site: www.editora.univale.br
E-mail: editora@univale.br

Sumário

Apresentação: Território, População e Ambiente no Brasil7
GILVAN RAMALHO GUEDES

Unidade 1 - Contribuições da perspectiva territorial para os estudos de população e ambiente

Eventos extremos numa perspectiva interdisciplinar, multi-escalar e multi-método: uma abordagem territorial23

GILVAN RAMALHO GUEDES; PATRICIA FALCO GENOVEZ; MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO

O lugar das crises: reflexões sobre meio ambiente e população a partir da perspectiva territorial.....59

LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA

Territórios e usos da biodiversidade no Norte de Minas: causas estruturais dos conflitos socioambientais71

DONALD SAWYER; IGOR S.H. DE CARVALHO

Microrregião de Aimorés: território de imigração italiana e emigração de seus descendentes93

SANDRA NICOLI; SUELI SIQUEIRA

Etnologia de uma população plural: categorias raça/cor no censo e a constituição de territorialidade.....113

THAIS TARTALHA LOMBARDI; ALESSANDRA TRALDI SIMONI; CARLA CRAICE

Unidade 2 - Mobilidade populacional e mudanças ambientais

Reflexões sobre população, migrações e planejamento regional para o desenvolvimento.....135

REINALDO ONOFRE DOS SANTOS; ALISSON FLÁVIO BARBIERI

Modernização, dinâmica territorial e mudanças ambientais.....157

HARUF SALMEN ESPINDOLA

Da exploração econômica da bacia hidrográfica do Rio Doce ao atual processo de degradação de seus recursos naturais.....201

ALINE MARCHESI HORA; CARLOS ALBERTO DIAS; GILVAN RAMALHO GUEDES;

ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA; MARLE JOSÉ FERRARI JÚNIOR

Emigração internacional masculina: o cotidiano das mulheres que ficam... 235	SUELI SIQUEIRA; GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS; MARIA D,O CARMO FONSECA
Mobilidade populacional, condições de vida e desenvolvimento no semi-árido brasileiro: por uma demografia da seca257	RICARDO OJIMA
Estratégias de sobrevivência no cerrado brasileiro: efeitos de ciclo de vida domiciliar e mudança nas expectativas de retornos aos capitais entre a primeira e segunda geração de agricultores275	MAURO AUGUSTO DOS SANTOS; GILVAN RAMALHO GUEDES; ALISSON FLÁVIO BARBIERI; CARLA JORGE MACHADO
Percepção do ambiente na fronteira amazônica301	EMILIO MORAN

Unidade 3 - Urbanização e ambiente

A lógica do urbano e o urbano sem lógica na Amazônia brasileira: integração e exclusão nas cidades de médio porte323	DOUGLAS SATHLER
Crescimento urbano na Amazônia legal e a sustentabilidade ambiental: considerações na escala local353	SANDRA MARIA FONSECA DA COSTA; EDUARDO BRONDIZIO; VIVIANA MENDES LIMA
Avaliação crítica da Escala do Novo Paradigma Ecológico em contextos de baixo desenvolvimento369	GILVAN RAMALHO GUEDES; ALINE MARCHESI HORA; CARLOS ALBERTO DIAS; ELIZA DE OLIVEIRA BRAGA; MARINA MENDES SOARES
Contribuições da teoria das representações sociais para o estudo das relações entre o homem e o ambiente395	CARLOS ALBERTO DIAS; GILVAN RAMALHO GUEDES; ALINE MARCHESI HORA; ALIZA DE OLIVEIRA BRAGA; LÍBIA GOMES MONTEIRO; MARINA MENDES SOARES

Apresentação

Território, População e Ambiente no Brasil

GILVAN RAMALHO GUEDES

Na quinta década de discussão sobre as relações entre população e ambiente; os cientistas sociais possuem razões para o otimismo, embora argumentos e fatos pessimistas ainda se justifiquem.

Os desastres ambientais ocorridos durante as décadas de 50 e 60, associados à aceleração do ritmo de crescimento populacional, levaram muitos cientistas e políticos a adotarem uma postura alarmista nas duas décadas seguintes em relação à pressão dos números sobre os recursos. Essa era a tônica dos incipientes estudos sociais sobre população e ambiente, com um caráter explicitamente neomalthusiano (HOGAN, 2007). Embora em vários países em desenvolvimento já houvesse indícios de declínio de fecundidade durante a década de 70, mesmo na ausência explícita de políticas anti-natalistas (como no caso brasileiro), a inércia demográfica dificultava a visão dos leigos sobre o futuro do tamanho populacional. A importância de novos processos sociodemográficos que se configuravam, como a alteração nos padrões de consumo, a intensificação da mobilidade espacial e a alteração no perfil da morbimortalidade, foi por um tempo ofuscada.

Gradualmente, em especial a partir da década de 1990, as literaturas internacional e nacional começaram a dar atenção às relações entre população e ambiente de modo mais multidimensional. A primazia dos números sobre os recursos foi cedendo lugar a questões mais complexas, como o papel da composição da população, da mobilidade, dos padrões de formação da família, da morbidade populacional (saúde/doença e mortalidade) e dos padrões de consumo sobre o ambiente. A simplificada equação $P \rightarrow A$ (sugerindo uma relação unidirecional de cunho neomalthusiano) foi dando lugar a outra ótica direcional: $A \rightarrow P$ (com a intensificação dos exemplos de efeitos humanos dos desastres naturais). Mais recentemente, a relação biunívoca $A \leftrightarrow P$ estabeleceu-se como o paradigma mais aceito, sugerindo uma causalidade reversa, sistêmica e dinâmica (HOGAN, 2007; MARTINE, 2012).

No Brasil, o interesse pela questão ambiental entre os cientistas sociais, em especial entre os demógrafos, cresceu rapidamente ao longo das

duas últimas décadas. O livro *População, meio ambiente e desenvolvimento* (1996), de George Martine, pode ser considerado um dos primeiros esforços em disponibilizar as discussões do Grupo de Trabalho sobre População e Ambiente, no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. De lá para cá, podemos elencar diversas outras iniciativas: *Migração e Ambiente em São Paulo: Aspectos relevantes da dinâmica recente* (HOGAN et al., 2000); *População e meio-ambiente* (TORRES; COSTA, 2000); *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas* (HOGAN et al., 2001); *Migração e Ambiente no Centro-Oeste* (HOGAN et al., 2002a); *Population and Environment in Brazil: Rio+10* (HOGAN et al., 2002b); *Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo* (JACOBI, 2006); *Novas Metrôpoles Paulistas - População, vulnerabilidade e segregação* (CUNHA, 2006); *Dinâmica Populacional e Mudança Ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro* (HOGAN, 2007); *População e Ambiente: desafios à sustentabilidade* (GOLDEMBERG et al., 2010); *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais* (HOGAN, MARANDOLA JR., 2010); *Dinâmicas demográficas e ambiente* (D'ANTONA; CARMO, 2011); *População e Sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira* (MARTINE et al., 2012); *A Questão Urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento* (VAZQUEZ, 2012); *População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste* (MARANDOLA JR. et al., 2012). Se incluirmos os livros editados com a temática urbana e migração, essa lista cresceria apreciavelmente.

O crescente interesse pelos estudos de população e ambiente entre os demógrafos e demais cientistas sociais brasileiros também se reflete em iniciativas específicas de periódicos científicos da área, como o volume especial da *Revista Brasileira de Estudos de População* em 2007 (v. 24, n. 2) sobre a temática e, mais recentemente, um *special issue* da *Population and Environment* (2012) em consideração ao legado deixado pelo Professor Daniel Hogan. A interdisciplinaridade subjacente aos estudos de população e ambiente se reflete no crescimento das publicações nacionais sobre desenvolvimento sustentável (TRIGUEIRO, 2012; BRASIL, 2012) e ecologia humana (MORAN, 1994; 2010; MORAN; OSTROM, 2009; HISSA, 2008).

O consenso sobre o paradigma A↔P é uma forte razão para o otimismo dos teóricos e pesquisadores das ciências sociais em busca de uma ciência social do ambiente, como advogado há décadas por demógrafos brasileiros como Daniel Hogan, George Martine e Donald Sawyer. Há um

reconhecimento explícito, por parte da academia mundial, da multidimensionalidade que caracteriza as alterações ambientais em diferentes escalas, a despeito da resistência de alguns céticos quanto a capacidade humana de interferir nessas mudanças. Em verdade, “o homem moderno (...), ao interferir nos ciclos hidrológicos e biogeoquímicos, (...) cria e recria territórios num *frenesi* que se impõe sobre populações inteiras, impactando a diversidade biológica, contribuindo para o aquecimento global e perturbando aquele nível basal de um metabolismo que garante (...) [a] sustentação de ecossistemas florestais” (ALVES; BATISTELLA, 2009). Em última análise, o impacto antropogênico ao ambiente põe em cheque o seu próprio bem-estar (BARBIERI, 2007).

Mas embora tenhamos superado a visão simplista da pressão dos números sobre os recursos, o mundo enfrenta agora um novo dilema: como promover o desenvolvimento sustentável, garantindo crescimento no padrão de consumo das gerações correntes sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras? Ou seja, como ser sustentável sem ser recessivo? A despeito dos avanços recentes em vários países em termos de crescimento econômico e distribuição de renda, a pressão exercida pelo aumento do consumo trouxe novas problemáticas à mesa: a questão dos estágios de desenvolvimento entre os países, a equidade no acesso aos recursos, a intensificação da mobilidade das populações e do alargamento e complexificação de seu espaço de vida, a capacidade de resposta das diferentes populações às mudanças ambientais, as alterações microclimáticas e suas inter-relações com o acelerado processo de urbanização não-planejada. Esses são desafios contemporâneos e muitos deles sem respostas. Essas são questões de natureza territorial, que remetem à configuração das redes de poder e à apropriação social assimétrica dos espaços por agentes sintagmáticos, capazes de interferir na forma como diversos grupos populacionais respondem às (ou sofrem) mudanças ambientais (RAFFESTIN, 1993; HAES-BAERT, 2004; HOGAN; MARANDOLA JR., 2005).

Como resolver esses desafios? Essa é uma questão ainda não respondida, pois envolve interesses políticos que, muitas vezes, conflitam com questões éticas de justiça social e ecológica. Este pequeno livro representa a reafirmação do esforço que vem sendo feito na literatura nacional de divulgar a temática população e ambiente, utilizando como pano de fundo a perspectiva territorial. O livro foi dividido em três unidades estruturantes. A Unidade I, intitulada *Contribuições da perspectiva territorial para os estudos de população e ambiente*, apresenta a importância da perspecti-

va interdisciplinar trazida pelas abordagens territoriais, tanto materialistas quanto culturalistas, para a compreensão da população e sua relação com o ambiente. O primeiro capítulo, *Eventos extremos numa perspectiva interdisciplinar, multi-escalar e multi-método: uma abordagem territorial*, de autoria de Guedes e colegas, traz uma reflexão teórico-metodológica sobre as múltiplas e complexas respostas da população a eventos extremos, adotando o caso das enchentes em Governador Valadares como pano de fundo. Utilizando a abordagem dos sistemas socioecológicos como modelo teórico estruturante, os autores advogam que somente é possível entender os mecanismos de resposta das populações afetadas por eventos extremos na medida em que o conceito de vulnerabilidade seja posto em prova, e reconstruído a partir de uma ótica processualmente relacional. Essa ótica requer a utilização de metodologias híbridas (quali-quantitativa), da reconstituição histórica da formação dos territórios, da interpretação dos múltiplos discursos (cotidianos e institucionais) e da reconstrução da memória social sobre a percepção do risco.

No segundo capítulo, *O Lugar das Crises: reflexões sobre meio ambiente e população a partir da perspectiva territorial*, Souza questiona a perspectiva fenomenística pela qual o Ocidente estuda e trata as crises. O autor argumenta que a interpretação fenomenística da crise é equivocada ao encará-la como uma anomalia em um sistema do qual é esperada certa regularidade. Ou seja, ao destacar o fenômeno de seu ambiente, e das variáveis que interagiriam com a crise, exclui-lhes a possibilidade de serem, ao mesmo tempo, efeito e causa. Em especial num momento do mundo em que múltiplas crises se configuram (guerras civis, explosão da violência, crise ambiental e climática, colapso econômico, crises identitárias e conflitos étnicos), repensar a relação da crise com o território revela-se como um caminho epistemológico promissor, através de sua apresentação sob as perspectivas ambiental e demográfica, fomentando a discussão sobre as dimensões das políticas que lidem com tais aspectos.

Sawyer e Carvalho apresentam a questão da crise das apropriações do espaço através dos conflitos socioambientais. *Em Territórios e Uso da Biodiversidade no Norte de Minas: Causas Estruturais dos Conflitos Socioambientais* os autores analisam os conflitos socioambientais em termos de suas causas estruturais, usando um enfoque socioecossistêmico. Com base em três casos de conflito na região de transição ecológica, entre o Cerrado e Caatinga do Norte de Minas, os autores problematizam as tensões que resultam da sobreposição de diversos territórios, desencadeadas

pelos efeitos locais das transformações decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial. Essas transformações produzem conflitos socioambientais, principalmente entre camponeses que usam a biodiversidade e dependem da água superficial e empresas reflorestadoras. Os autores sugerem que tanto a solução das tensões que causam os conflitos, quanto a manutenção das funções socioecossistêmicas, dependerá de regulação adequada dos mercados e de outras políticas públicas baseadas no entendimento dos processos socioeconômicos e ambientais que produzem territórios contestados.

Os dois capítulos finais que compõem a Unidade I enfatizam o caráter identitário da perspectiva territorial, utilizando a migração e a etnia como categorias de análise. Em *Microrregião de Aimorés: Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes* Nicoli e Siqueira discutem a conformação do território de Aimorés, em Minas Gerais, a partir da experiência dos colonos italianos no início do século XX. A partir da década de 1990, com a estagnação da economia regional, os descendentes desses migrantes constroem um projeto migratório através da obtenção da cidadania italiana e emigração em busca de melhores condições de vida. Esses dois fluxos, dos italianos vindo para o Brasil em busca de sobrevivência, e atualmente, de seus descendentes em direção inversa, distanciam-se não apenas no tempo, mas também na natureza e perfil do emigrante e seu projeto de emigração. Os distintos projetos migratórios representam territorialidades diversas que os colonos e seus descendentes estabeleceram com o território de Aimorés, condicionadas pelos momentos distintos da realidade socioeconômica na qual os projetos migratórios foram construídos.

A territorialidade é objeto de análise novamente em *Etnologia de uma população plural: categorias raça/cor no Censo e a constituição de territorialidade*. Com base na análise das categorias raça/cor disponibilizadas no Censo Demográfico Brasileiro, Lombardi e colegas exploram o critério de autodeclaração à resposta sobre raça/cor a partir de seu elemento perceptivo, identitário. Duas categorias são identificadas como particularmente importantes na relação cor/identidade: a categoria indígena tem uma forte sobreposição entre identidade, raça/cor e territorialidade, a categoria parda pode carregar em si uma infinidade de identidades que podem ou não sobrepor territorialidades e raça/cor. Utilizando reflexões teóricas sobre o histórico da constituição de raça/cor como categoria classificatória e dados censitários, o capítulo problematiza as categorias raça/

cor e a territorialidade enquanto elementos importantes na configuração e uso de identidades por parte dos sujeitos.

A Unidade II, intitulada *Mobilidade populacional e mudanças ambientais*, reúne capítulos cuja mobilidade, expressa sob diversas formas (migração, mobilidade intergeracional, dinâmica territorial e dinâmica de fronteiras), é vista como central para se entender as mudanças ambientais em curso. A dimensão ambiental aqui é tomada de forma ampla, significando ora o ambiente econômico – representado pelo desenvolvimento regional, ora o ambiente físico – retratado nos distintos biomas e dinâmica de uso e cobertura do solo. Santos e Barbieri, em *Reflexões Sobre População, Migrações e Planejamento Regional para o Desenvolvimento*, trazem uma ampla revisão das principais correntes teóricas que norteiam o debate entre população e desenvolvimento, enfatizando a racionalidade dessas teorias na concepção do Planejamento Regional, intimamente ligada à importância dada a quem é(são) beneficiado(s) com tal ação, ou seja, população e/ou mercado. As migrações são destacadas como um componente demográfico central na concepção de desenvolvimento e planejamento regional, especialmente na sua vertente econômica.

O capítulo seguinte, *Modernização, dinâmica territorial e mudança ambiental*, faz uma ponte natural com a questão regional introduzida no capítulo anterior, discutindo de modo amplo as consequências da modernização e da formação histórica do território para a transformação do ambiente. A partir do processo de ocupação e formação do território do Rio Doce, Espíndola discute como a transição da economia cafeeiro-exportadora para uma sociedade urbano-industrial, iniciada nas décadas de 1930 e 1940, coloca a indústria como o centro dinâmico da acumulação de capitais. O autor mostra como esse processo mais amplo vai se refletir localmente na instalação da frente pioneira no Vale do Rio Doce, associada à introdução de grandes investimentos de capital, particularmente da Companhia Vale do Rio Doce e das companhias siderúrgicas Belgo-Mineira, Acesita e Usiminas. O processo de formação histórica do território do Rio Doce produz uma dinâmica de exploração e degradação dos recursos naturais e rápido crescimento urbano sem uma apropriação local dos resultados desse modo de industrialização. Os resultados podem ser vistos até hoje, com claros danos à cobertura do solo e estagnação econômica da região.

Em “Da exploração econômica da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ao atual processo de degradação de seus recursos naturais”, de Hora e

coautores, o assunto da degradação ambiental resultante do processo de ocupação e dinâmica territorial do Rio Doce é retomado. Enfatizando as consequências do processo de ocupação sobre os recursos hídricos, os autores sugerem que estes devem ser avaliados em um contexto sócio-espacial amplo, transcendendo uma visão exclusivamente limnológica. Os autores apresentam uma reflexão sobre a dinâmica territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Doce a partir do século XVII, destacando a região do Médio Rio Doce no que tange as atividades econômicas, o desenvolvimento social e demográfico e suas implicações ambientais. Com base numa revisão crítica de textos sobre a história da economia mineira e da região do Rio Doce, dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de documentos disponibilizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, Agência Nacional de Águas e Instituto Mineiro de Gestão das Águas, o capítulo conclui que a disponibilidade e qualidade hídrica constituem-se em graves problemas enfrentados na contemporaneidade, decorrentes de um processo de ocupação e urbanização desordenados. Especificamente na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, este último ganha destaque devido a ineficiência do saneamento básico na quase totalidade de seus municípios. O capítulo é um chamamento à responsabilidade pública dos órgãos responsáveis e da comunidade civil para a pressão por cumprimento da universalização do saneamento e tratamento do esgoto e da água do Doce e afluentes, com vistas a reduzir os impactos diretos e indiretos sobre a saúde da população que depende desses recursos hídricos em seu cotidiano.

O tema da migração internacional, discutida na Unidade I; é retomada aqui sob a perspectiva de gênero. Em *“Emigração internacional masculina: o cotidiano das mulheres que ficam”* Siqueira e colegas destacam o papel de empoderamento das mulheres que ficam nos domicílios que embarcam no projeto emigratório de longa distância, utilizando pesquisa de cunho etnográfico com mulheres das áreas rurais e urbanas da microrregião de Governador Valadares. A experiência de campo e os dados qualitativos analisados revelam que a grande mudança em suas vidas é uma ampliação de sua atuação na esfera pública, que se manifesta em maior independência objetiva e subjetiva. Essas experiências do novo cotidiano têm reconfigurado as relações de gênero nas localidades de origem, colocando as “viúvas de marido vivo” em outros espaços de atuação nessas comunidades em que é intenso o fluxo de migração internacional. O capítulo expande os estudos de consequências da migração de longa distância para além da ótica puramente econômica dominante nos estudos.

Em *Mobilidade populacional, condições de vida e desenvolvimento no semi-árido brasileiro: por uma demografia da seca*, Ojima traz um texto provocativo, questionando a visão predominante na literatura de desenvolvimento regional sobre a uniformidade do projeto migratório do Nordeste. O autor questiona a validade da análise dos condicionantes emigratórios do Nordeste a partir de um recorte ambiental pautado nas divisões político-administrativas. Utilizando uma perspectiva territorial-ambiental na análise do perfil migratório dessa região brasileira, recorrentemente associada à seca e pobreza, o autor traz uma breve caracterização deste recorte espacial, levando em consideração as vantagens e desvantagens do seu uso, sugerindo o surgimento de novos paradigmas de análise para a relação população-ambiente-desenvolvimento.

Os dois capítulos finais discutem o papel da migração ao longo da evolução de fronteiras agrícolas. Em *Estratégias de Sobrevivência no Cerrado Brasileiro: efeitos de ciclo de vida domiciliar e mudança nas expectativas de retornos aos capitais entre a primeira e segunda geração de agricultores*, Santos e colegas discutam as diferenças de estratégias de sobrevivência em duas diferentes gerações de agricultores no Cerrado de Minas Gerais. Utilizando como estudo de caso uma amostra de agricultores do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), os autores encontram uma grande diferenciação entre as estratégias de sobrevivência adotadas pelos colonos pioneiros e a segunda geração. A migração rural-rural e urbano-rural da primeira geração cede lugar à migração rural-urbana na segunda geração, em especial motivada pelo investimento em capital humano. Essa mudança de estratégias de sobrevivência entre gerações é, em parte, explicada pela mudança nos retornos percebidos aos capitais ao longo da evolução da fronteira.

Utilizando dados etnográficos, o capítulo de Moran sobre a *Percepção do Ambiente na Fronteira Amazônica* reforça a ideia de que a evolução da fronteira produz mudança na percepção sobre os retornos aos capitais dos agricultores. Retrutando a ocupação da região de Altamira, no Pará, o capítulo compara como colonos das diversas regiões do Brasil enfrentaram um novo ambiente, como fizeram escolhas em relação ao solo, à saúde e às atividades econômicas desde começo da década de 1970 até recentemente. O capítulo destaca a importância do conhecimento prévio sobre as características biofísicas da região e o estoque inicial de capital financeiro como importantes fatores para uma trajetória de sucesso na fronteira. Mais recentemente, a introdução do agronegócio

vem alterando a paisagem da fronteira originalmente de caráter familiar, redimensionando as escalas de produção e as perspectivas de sucesso dos pequenos produtores rurais que ainda sobrevivem às transformações da paisagem introduzidas pela soja e pelo gado.

A Unidade III, intitulada *Urbanização e ambiente*, reúne capítulos centrados na questão urbana, suas conexões com os ambientes natural e produzido e a percepção da população sobre a relação entre urbanização, desenvolvimento e ambiente. Em *A lógica do urbano e o urbano sem lógica na Amazônia Brasileira: integração e exclusão nas cidades de médio porte*, Sathler oferece uma abordagem reflexiva sobre o dinamismo das redes urbanas na Amazônia e o papel intermediador de fluxos das cidades médias da região. Ainda, o trabalho dialoga com questões referentes ao surgimento de cidades de médio porte na Amazônia, considerando as diferentes tipologias existentes, tendo em vista a heterogeneidade funcional entre estas centralidades: as cidades da borracha, da grande empresa mineradora, do garimpo (des)organizado e as das atividades agro-industriais. Na sequência, o texto de Costa e Brondízio, intitulado *Crescimento urbano na Amazônia Legal e a sustentabilidade ambiental: considerações na escala local*", discute o processo de desenvolvimento e urbanização das cidades pequenas na Amazônia, criando um complemento importante à análise das redes urbanas introduzida por Sathler. Apresentando resultados empíricos derivados dos dados censitários e de pesquisa de campo, os autores destacam o crescimento populacional consistente das cidades pequenas, associadas à intensificação dos gargalos de infra-estrutura urbana que o acompanha. Utilizando como estudo de caso a cidade de Ponta de Pedras, no Pará, o capítulo problematiza a situação do espaço urbano da Amazônia brasileira em termos de infra-estrutura, investimentos sociais, empregos, demonstrando como a análise escalar deve ser considerada em relação aos problemas urbanos.

Os dois capítulos seguintes trabalham com outra dimensão do urbano: a perspectiva cognitiva, comportamental e de representação social das questões ambientais em contextos urbanos. Em *Atitude e Valores Ambientais em Contextos de Baixo Desenvolvimento Humano: avaliação crítica da Escala do Novo Paradigma Ecológico*, Guedes e colegas apresentam, de forma inédita no Brasil, a escala do Novo Paradigma Ecológico, sugerida por Dunlap e colaboradores, aplicada a um contexto de baixo desenvolvimento humano. Utilizando dados primários coletados na área urbana de Tumiritinga, Minas Gerais, os autores replicam o es-

tudo feito por Dunlap e colegas em Washington, D.C., e encontram resultados bastante distintos. Os resultados encontrados revelam um alto grau de conformidade social pró-ecológica, embora a análise da consistência interna do padrão de respostas por indivíduo sugira um cenário menos coerente. Utilizando entrevistas em profundidade, os autores encontram indícios de ancoragem na formação cognitiva dos valores, sugerindo a dificuldade dos respondentes em distinguir fatos cotidianos de ordem socioeconômica do fator ambiental, mesmo em domicílios com maior status social. Esses resultados sugerem que a interferência do contexto no processo de formação dos valores ambientais parece permear não somente os indivíduos de baixíssimo status socioeconômico, como também indivíduos que compartilham um contexto comum de IDH precário. As interferências na formação dos valores ecológicos são, aliás, uma tônica central no capítulo seguinte. Em *Contribuições da Teoria das Representações Sociais para o estudo das relações entre o homem e o ambiente*, Dias e colegas sugerem que é exatamente a ancoragem e a objetivação os dois conceitos-chave para se entender a formação e evolução das Representações Sociais (RS) de grupos populacionais em relação ao ambiente. Por estabelecer uma visão de mundo partilhada por um agrupamento social, as RS organizam, estruturam e orientam os pensamentos, as condutas e as comunicações humanas em seu contexto social e cultural. Nesse sentido, por serem as ações de indivíduos e grupos orientadas por um sistema de RS, deve-se atentar para o fato de que não há como mudar atitudes e comportamentos estabelecidos dentro de um contexto sociocultural de forma abrupta. Isto indica que projetos de intervenções pró-ambientais devem prever a inclusão de métodos e processos educativos de médio e longo prazo que fomentem o surgimento de novas representações. Estas devem ser capazes de manter a coerência, o bem-estar e o equilíbrio nas relações estabelecidas entre a sociedade e o ambiente.

Embora não tenha a pretensão de exaurir a temática, este livro reafirma o esforço acadêmico no sentido de problematizar as conexões entre população e ambiente em suas múltiplas dimensões. O esforço de incorporar a perspectiva territorial como filtro analítico é uma tentativa de reconhecer a direção das novas políticas de gerenciamento ambiental do governo e dos comitês de gestão de recursos naturais em pensar o espaço construído como território. Resultado das atividades acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (GIT/Univa-

le), e pensado a partir do 1º Seminário Nacional “Território, Mobilidade Populacional e Ambiente”, realizado nos dias 21 e 22 de junho de 2012, na Universidade Vale do Rio Doce, este livro contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e com o patrocínio e co-organização do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Esperamos que as contribuições aqui contidas sejam lidas não apenas pela comunidade acadêmica, mas pelos gestores públicos, responsáveis por nossas políticas de gerenciamento de recursos naturais. E também pelo público em geral, instigado pela fascinante e desafiadora proposta de construir um mundo que combine progresso técnico, humano e ecológico, sintonizados em uma única equação.

Referências Bibliográficas

ALVES, D. A.; BATISTELLA, M. Introdução. In: MORAN, E. F.; OSTROM, E. (Orgs.). **Ecosistemas Florestais: Interação Homem-Ambiente**. Tradução: ALVES, D. A.; BATISTELLA, M. São Paulo: Editora SENAC/EDUSP, 2009. 544p.

BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 2, p. 225-246, 2007.

BRASIL. **Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável** – Capes na Rio+20. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2012.

CUNHA, J. M. P. **Novas Metrôpoles Paulistas** – População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006.

D’ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. **Dinâmicas demográficas e ambiente**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

GOLDEMBERG, J.; HOGAN, D. J.; OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. **População e Ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Bluncher, 2010. 106p.

HAESBEART, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISSA, C. E. V. **Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 311p.

HOGAN, D. J. Introdução. In: HOGAN, D. J. (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2007. Pp. 7-9.

HOGAN, D. J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L. **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2001.

HOGAN, D. J.; BERQUO, E.; COSTA, H. S. M. **Population and Environment in Brazil: Rio+10**. Campinas: CNDP, ABEP, NEPO, 2002. 312p.

HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2002.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R.; CARMO, R. L. **Migração e Ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2000. 518p.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2010.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Toward an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. **Population, Space and Place**, n. 11, p. 455-471, 2005.

JACOBI, P. R. **Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2006. 191p.

MARANDOLA JR., E.; D'ANTONA, A. O.; OJIMA, R. **População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2012.

MARTINE, G. Apresentação. In: MARTINE, G. (Ed.). **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. Belo Horizonte: ABEP, 2012. Pp. 11-17.

MARTINE, G. **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora Unicamp, 1996. 208p.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994. 512p.

MORAN, E. F. **Meio Ambiente e Florestas**. São Paulo: Editora SENAC/EDUSP, 2010.

MORAN, E. F.; OSTROM, E. **Ecosistemas Florestais**: Interação Homem-Ambiente. Tradução: ALVES, D. A.; BATISTELLA, M. São Paulo: Editora SENAC/EDUSP, 2009. 544p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

TORRES, H.; COSTA, H. **População e Meio Ambiente**: Debates e Desafios. São Paulo: Senac, 2000.

TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável 2**: Novos rumos para um planeta em crise. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012. 400p.

VASQUEZ, D. A. **A Questão Urbana na Baixada Santista**: Políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2012. 336p.